



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 Avenida Afonso Pena, nº 3500, INCRA
 Belo Horizonte/MG, CEP 30130-009
<https://www.gov.br/incra>

ACORDO DE ADESAO - PROGRAMA TERRA CIDADÃ Nº 49/2026/SR(06)MG-PTC/SR(06)MG-G/SR(06)MG/INCRA

Processo nº 54000.007550/2026-26

Unidade Gestora: SR(06)MG-PTC

Acordo de Adesão do Programa Terra Cidadã, que entre si celebram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Município de São Pedro do Suaçuí para os fins que especifica.

O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.375.972/0002-41, neste ato representado pela Superintendente Regional, Neila Maria Batista Afonso, nomeada por meio da Portaria INCRA nº 302, de 16 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2023, portadora do CPF nº XXX.043.106-XX, residente e domiciliada em Belo Horizonte (MG); e o Município de São Pedro do Suaçuí, com sede na Praça Prefeito Pedro Caldeira Brant, 221, Centro, CEP 39784-000, em São Pedro do Suaçuí (MG), inscrito no CNPJ nº 18.409.243/0001-43, neste ato representado pelo Prefeito Euzébio Teixeira de Souza, diplomado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e empossado em sessão solene da Câmara Municipal de São Pedro do Suaçuí em 1º de janeiro de 2025, portador do CPF XXX.664.526-XX, residente e domiciliado em São Pedro do Suaçuí (MG).

RESOLVEM celebrar o presente ACORDO DE ADESAO, tendo em vista o que consta no presente processo e em observância às disposições da Lei nº 11.952/2009, Lei nº 8.629/1993, Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 10.592/2020, Decreto nº 9.311/2018, Portaria Conjunta MDA/INCRA nº 4/2024 e Instrução Normativa INCRA nº 148/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do ACORDO DE ADESAO é a execução de atividades previstas no PROGRAMA TERRA CIDADÃ que tem como finalidade ampliar a capacidade operacional das ações de reforma agrária e de governança fundiária geridas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), conforme especificações estabelecidas no PLANO DE TRABALHO em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os PARTÍCIPES obrigam-se a cumprir o PLANO DE TRABALHO que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente ACORDO DE ADESAO, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os PARTÍCIPES.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

São obrigações comuns dos PARTÍCIPES:

- Elaborar o PLANO DE TRABALHO do presente ACORDO;
 - Monitorar os resultados, readequando as metas quando necessário;
 - Cumprir as atribuições próprias, conforme definido no instrumento;
 - Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste ACORDO;
 - Permitir o livre acesso a agentes da administração pública e entidade parceiras (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao ACORDO, assim como aos elementos de sua execução;
 - Fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
 - Manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do ACORDO, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos PARTÍCIPES;
 - Atender as exigências da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD; e,
 - Obedecer as restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.
- Subcláusula Única. As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente ACORDO, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do PLANO DE TRABALHO.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO ENTE FEDERATIVO/ENTIDADE PÚBLICA

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do Município:

- Implantar, no prazo de 30 dias, o "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária", disponibilizando local apropriado para a execução do objeto do ACORDO, conforme competências previstas, responsabilizando-se por eventuais encargos relativos ao imóvel disponibilizado, devendo tal local estar devidamente identificado, exibindo a informação ao público de que todos os serviços prestados são gratuitos;
- Designar, no prazo de 30 dias, por meio de ato oficial, os integrantes do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária", sejam efetivos, temporários ou comissionados, dentre os quais um Coordenador;
- Assumir a responsabilidade por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e fiscais resultantes da execução do objeto deste ACORDO, inclusive os decorrentes de eventuais demandas jurídicas, bem como todos os ônus tributários;
- Colocar à disposição do INCRA, para capacitação nos locais e datas designadas, o(s) integrante(s) do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária", arcando com as correspondentes despesas;
- Disponibilizar veículo(s) para a execução dos trabalhos deste ACORDO, bem como garantir a manutenção e abastecimento dos mesmos, se previstas atividades de campo no PLANO DE TRABALHO;
- Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao INCRA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste ACORDO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- Prestar informações e dar livre acesso ao INCRA, a qualquer tempo ou lugar, a todos os atos e fatos relacionados, direta ou indiretamente, com o instrumento pactuado;
- Divulgar a instalação do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária" e os serviços por ele prestados;
- Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas disponibilizados pelo INCRA, sendo responsável por eventual uso indevido;
- Acompanhar e fiscalizar a execução das atividades desempenhadas pelo "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária" por meio de supervisão presencial ou remota; e,
- Informar imediatamente ao INCRA o desligamento ou quaisquer alterações de integrantes do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária".

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO INCRA

São responsabilidades do INCRA:

- Coordenar as atividades do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária";
- Prestar orientação e capacitação, mediante treinamento específico, aos profissionais alocados para o cumprimento do objeto pactuado, sobre procedimentos, atribuições e competências, nos assuntos relativos às atividades a serem desenvolvidas pelo "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária";
- Disponibilizar aos integrantes do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária" o acesso às soluções tecnológicas do INCRA;
- Fornecer apoio técnico e orientação aos serviços, quando solicitado;
- Efetuar o devido tratamento das demandas recebidas através do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária", efetuando as respostas dentro dos prazos legais;
- Gerenciar os perfis de usuário dos integrantes do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária", contemplando as operações de inclusão, alteração, ativação ou inativação dos perfis;
- Acompanhar e fiscalizar a execução das atividades desempenhadas pelo "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária" por meio de supervisão presencial ou remota; e,
- Suspender preventivamente o acesso dos integrantes da PARCERIA aos sistemas, em caso de denúncia formal que possa configurar irregularidade ou ilegalidade, até a conclusão de averiguações pertinentes.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO "SERVIÇO DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA E GOVERNANÇA FUNDIÁRIA"

a) Realizar as atividades previstas no PLANO DE TRABALHO assinado entre as partes, de acordo com as especificações constantes na Instrução Normativa INCRA nº 148 de 14 de março de 2025;

b) Utilizar as plataformas e soluções tecnológicas desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para operacionalizar as ações do Programa;

Subcláusula Primeira. Quando da execução do ACORDO, o(s) integrante(s) do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária" responderão nas esferas civil, penal e administrativa, pelas irregularidades/ilegalidades praticadas, ou pela ação ou omissão, dolosa ou culposa, que ocasionem prejuízos ao erário ou a terceiros.

Subcláusula Segunda. O integrante do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária" acessará sua conta dos sistemas disponibilizados pelo INCRA através de login e senha e compromete-se a não informar a terceiros esses dados, responsabilizando-se pessoalmente e integralmente pelo uso que deles seja feito.

Subcláusula Terceira. O integrante usuário será o único responsável pelas operações efetuadas em sua conta ou por meio dela, uma vez que o acesso à mesma só será possível mediante uso de senha, cujo conhecimento é exclusivo do usuário.

Subcláusula Quarta. O integrante usuário compromete-se a notificar o INCRA, imediatamente, por meio seguro, a respeito de qualquer uso não autorizado de sua conta, assim como de acesso não autorizado por terceiros à mesma.

Subcláusula Quinta. Os procedimentos operacionais de atuação do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária" serão detalhados no Manual de Planejamento e Procedimentos do Programa TERRA CIDADÃ.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

Para o alcance do objeto pactuado, os PARTÍCIPES devem seguir o PLANO DE TRABALHO que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente ACORDO, bem como toda a documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os PARTÍCIPES.

Subcláusula Única. As ações objeto do presente ACORDO serão executadas obedecendo rigorosamente às normas e instruções necessárias à execução das atividades do Programa TERRA CIDADÃ.

CLÁUSULA OITAVA - DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE ADESAO

O ACORDO será gerenciado pelo Comitê Gestor Local da Superintendência Regional do INCRA e pelo Coordenador do "Serviço de Apoio à Reforma Agrária e Governança Fundiária", sendo que ambos são responsáveis solidariamente pela formalização, supervisão e monitoramento da PARCERIA, zelando por seu fiel cumprimento.

Subcláusula Primeira. Competirá aos membros do Comitê Gestor Local e ao Coordenador da entidade parceira a comunicação bilateral, recebendo e tratando demandas genéricas sobre a execução do Programa, no âmbito das competências de cada um, de acordo com suas atribuições no âmbito da PARCERIA;

Subcláusula Segunda. Sempre que o servidor designado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 30

dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

Subcláusula Terceira. Compete ao INCRA a autoridade normativa, o controle e a fiscalização da execução, conforme PLANO DE TRABALHO, bem como assumi-la ou transferir a responsabilidade sobre a mesma, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar descontinuidade do serviço.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os PARTÍCIPES para a execução do presente ACORDO.

Subcláusula Primeira. As despesas, necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outros que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos PARTÍCIPES.

Subcláusula Segunda. As ações decorrentes do presente ACORDO serão prestadas em regime de cooperação mútua, não cabendo aos PARTÍCIPES quaisquer remunerações pelos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPES, em decorrência das atividades inerentes ao presente ACORDO, não sofrerão alteração na sua vinculação, nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

Subcláusula Única. As atividades não implicarão cessão de servidores, os quais poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no ACORDO e por prazo determinado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste ACORDO será de 60 meses, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União - DOU, podendo ser prorrogado mediante a celebração de TERMO ADITIVO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

O presente ACORDO poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante TERMO ADITIVO, desde que mantido o seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ENCERRAMENTO

O presente ACORDO será extinto:

- Por advento do termo final, sem que os PARTÍCIPES tenham, até então, firmado aditivo para renová-lo;
- Por denúncia de qualquer dos PARTÍCIPES, se não tiver mais interesse na manutenção da PARCERIA, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 dias;
- Por consenso dos PARTÍCIPES antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e,
- Por rescisão.

Subcláusula Primeira. Havendo a extinção do ACORDO, cada um dos PARTÍCIPES fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula Segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou de etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos PARTÍCIPES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

O presente ACORDO poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos PARTÍCIPES, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 dias, nas seguintes situações:

- Quando houver o descumprimento de obrigação por um dos PARTÍCIPES que inviabilize o alcance do resultado do ACORDO; e
- Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

Subcláusula Única. As comunicações necessárias poderão ocorrer por meios eletrônicos devendo compor os autos do processo administrativo do presente ACORDO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Os PARTÍCIPES deverão publicar extrato do ACORDO na imprensa oficial, conforme disciplinado no §1º do artigo 54 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

O MUNICÍPIO deverá aferir os benefícios e o alcance do interesse público obtidos em decorrência do ACORDO, mediante a elaboração de RELATÓRIO ANUAL, em modelo padrão apresentado pela Superintendência Regional do INCRA, de execução de atividades relativas à PARCERIA, discriminando os objetivos alcançados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente ACORDO serão solucionadas de comum acordo entre os PARTÍCIPES, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente ACORDO, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os PARTÍCIPES, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da PARCERIA.

Subcláusula Única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste ACORDO o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Belo Horizonte (Minas Gerais), nos termos do inciso I do Artigo 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os PARTÍCIPES obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente ACORDO, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos representantes dos PARTÍCIPES, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

(assinado eletronicamente)
Neila Maria Batista Afonso
Superintendente Regional

(assinado eletronicamente)
Euzébio Teixeira de Souza
Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **Neila Maria Batista Afonso, Superintendente**, em 06/03/2026, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Euzébio Teixeira de Souza, Usuário Externo**, em 09/03/2026, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27568981** e o código CRC **FB4D7B5D**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 Avenida Afonso Pena, nº 3500, INCRA
 Belo Horizonte/MG, CEP 30130-009
<https://www.gov.br/incra>

ANEXO I - PLANO DE TRABALHO PARA ACORDO DE ADESÃO - PROGRAMA TERRA CIDADÃ

(Em conformidade com o Decreto nº 11.531, de 2023 formulado pela AGU nos Modelos de Minutas de Adesão, Plano de Trabalho e Protocolo de Intenções)

1 - DADOS CADASTRAIS

PARTICIPE 1: Esfera Administrativa Federal

CNPJ: 00.375.972/0002-41
 Endereço: Avenida Afonso Pena, nº 3500, Belo Horizonte (MG), CEP 30130-009
 Telefone: (31) 3131-2073
 Nome do responsável: Neila Maria Batista Afonso
 CPF: XXX.043.106-XX
 Cargo/função: Superintendente Regional do Incra em Minas Gerais

PARTICIPE 2: Esfera Administrativa Municipal

CNPJ: 18.409.243/0001-43
 Endereço: Praça Prefeito Pedro Caldeira Brant, 221, Centro, CEP 39784-000, em São Pedro do Suaçuí (MG)
 Telefone: (33) 3434-1141
 Nome do responsável: Euzébio Teixeira de Souza
 CPF: XXX.664.526-XX
 Cargo/função: Prefeito

2 - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Título: Programa Terra Cidadã

Processo nº 54000.007550/2026-26

Prazo de vigência: 60 meses

Data da formalização: 06/03/2026

O presente plano de trabalho tem por objeto, em regime de mútua colaboração, a execução de atividades previstas no Programa Terra Cidadã, que tem como finalidade ampliar o alcance e a efetividade das ações de reforma agrária, de governança fundiária e cidadania por meio do fortalecimento das parcerias firmadas com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

3 - DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA

O município de São Pedro do Suaçuí possui 614 imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Possui 01 comunidade quilombola com demanda de regularização fundiária aberto no Incra. A descentralização de serviços do Incra no município facilita o atendimento ao público e assegura o acesso às ações do instituto. Os servidores municipais serão capacitados para prestar orientações, atender demandas e prestar assistência aos titulares de imóveis rurais cadastrados no SNCR, assim como prestar informações sobre o acesso a políticas públicas e serviços do Incra a famílias de comunidades quilombolas. A instalação de uma unidade local de atendimento evita o deslocamento dos cidadãos até a sede da Superintendência Regional do Incra em Belo Horizonte. A prestação de serviços no município reduz custos, amplia a rede de atendimento do Incra por meio da parceria e possibilita o melhor controle fundiário do município em relação a seu território. Espera-se que a parceria contribua para promover o atendimento aos titulares de imóveis rurais, com a inclusão ou a alteração de dados cadastrais e a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural com a regularização cadastral de posses e propriedades, possibilitando ainda o acesso a linhas de financiamento, além do controle fundiário das áreas rurais no município.

4 - OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

4.1. Objetivo Geral: Apoiar a execução das políticas públicas geridas pelo Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

4.2. Objetivos Específicos: ampliar o alcance e a efetividade das ações de governança fundiária e cidadania por meio do fortalecimento das parcerias firmadas com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); agilizar processos, garantir segurança jurídica, reduzir custos operacionais e, ainda, gerar maior eficiência e celeridade nos procedimentos cadastrais de imóveis rurais; e fomentar boas práticas no federalismo cooperativo com os entes federativos e entidades públicas.

5 - METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

A metodologia está vinculada ao Programa Terra Cidadã, aprovado pela Portaria Conjunta MDA/Incra Nº 4, de 25 de novembro de 2024, e à Instrução Normativa Incra nº 148 de 14 de março de 2025.

A execução, o gerenciamento, a aferição de resultados, a vigência, o encerramento e a rescisão deste plano de trabalho seguirão as obrigações previstas nas cláusulas do acordo de adesão objeto deste processo.

6 - UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO

6.1 Pelo Incra:

Unidades responsáveis: Divisão de Governança da Terra - SR(06)MG-F e Divisão de Territórios Quilombolas - SR(06)MG-Q
 Servidores gestores: os chefes das divisões ou servidores indicados em ordem de serviço expedida pelo Gabinete da SR(06)MG.

6.2. Pelo Município:

Unidade responsável: Gabinete

Servidor gestor: O servidor indicado por meio de ofício expedido pelo município.

7 - PLANOS DE AÇÃO E RESULTADOS ESPERADOS

Eixo de ação	Gleba, assentamento, comunidade ou imóvel rural	Atividades	Meta	Entrega
Formalização	não se aplica	Município: manifestar interesse na adesão ao programa Incra: formalizar a parceria	Acordo de adesão publicado	03/2026
	não se aplica	Município: indicar os servidores municipais que responderão pelas atividades da unidade e disponibilizar local com instalações e equipamentos necessários aos atendimento	Documento expedido com indicação dos servidores e local de atendimento	03/2026
Treinamento	não se aplica	Incra: promover capacitação dos servidores municipais de forma presencial e/ou a distância Prefeitura: assegurar a participação dos servidores nas atividades de capacitação	Servidor capacitado	Durante a vigência do acordo (60 meses)
Implantação	não se aplica	Incra: conceder acessos a sistemas e outras soluções digitais após comprovação da capacitação Município: entregar termos de responsabilidade de acesso a sistemas assinados pelos servidores capacitados	Termo de responsabilidade de	Durante a vigência do

			acesso a sistema assinado	acordo (60 meses)
Monitoramento e Supervisão	não se aplica	Inkra: oferecer suporte, solicitar informações ou relatórios e avaliar por amostragem a execução do atendimento, verificar dados de execução em solução, sistema ou plataforma disponibilizado Município: responder solicitações, emitir relatórios e prestar de contas de ações conforme orientações do Incra, inserir dados em plataforma ou outra solução de monitoramento e acompanhamento definida pelo Incra	Relatório entregue	Durante a vigência do acordo (60 meses)
Execução	Comunidade Quilombola	Inkra: prestar orientações, oferecer suporte, disponibilizar manuais, documentos, guias e outros documentos, conceder acesso a sistemas, solicitar atendimento de demandas Município: Auxiliar no cadastramento de famílias quilombolas para fins de acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária Orientar as comunidades quilombolas sobre o acesso aos sistemas do Incra, em especial a Plataforma de Governança Territorial, quando necessário, utilizando suas contas gov.br Auxiliar as comunidades quilombolas, quando for o caso, sobre a obtenção e apresentação de documentos comprobatórios pendentes para prosseguimentos dos processos administrativos no Incra	Atendimento ao público, conforme demanda	Durante a vigência do acordo (60 meses)
Execução	Imóvel rural	Inkra: prestar orientações, oferecer suporte, disponibilizar manuais, documentos, guias e outros documentos, conceder acesso a sistemas, solicitar atendimento de demandas Município: Entregar ao interessado notificações de pendências ou rejeição de declarações de cadastro emitidas pelo Incra Entregar ao interessado notificações e resultados de demandas sobre o cadastro enviadas ao Incra Orientar sobre procedimentos para cadastro de imóveis e emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) Orientar sobre procedimentos para vincular ou desvincular código do imóvel rural no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) Auxiliar nos procedimentos de solicitação de descaracterização de imóvel rural para fins urbanos Auxiliar nos procedimentos de solicitação de desmembramento de imóvel rural para destinação não rural prevista no Decreto 62.504/68 Cadastrar ou atualizar cadastro de imóvel rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) Consultar a autenticidade do CCIR Consultar o código do imóvel rural Consultar os Índices Básicos Cadastrais definidos pelo Incra Auxiliar na emissão de Código PIX ou boleto GRU para pagamento do CCIR Prestar informações sobre o cadastro e a certificação de imóveis rurais Prestar informações sobre a aquisição e o arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros	Atendimento ao público, conforme demanda	Durante a vigência do acordo (60 meses)



Documento assinado eletronicamente por **Neila Maria Batista Afonso, Superintendente**, em 06/03/2026, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Euzébio Teixeira de Souza, Usuário Externo**, em 09/03/2026, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27569159** e o código CRC **78BABF3F**.